



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.544

Conde, 04 de julho de 2019

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 0121/2019 CONDE – PB, 04 DE JULHO DE 2019.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE**, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, Inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados como gestor e fiscal respectivamente, do contrato de nº 0186/2019, objeto de contrato, constante no processo administrativos que tramitam nesta Prefeitura:

Gestor	Fiscal
Alana Venceslau Franco – mat. 20082	Márcia Messias de Oliveira Moreira – mat. 20080

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

LICITAÇÃO E COMPRAS

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2019

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rodovia PB 18 - Km 3, S/Nº - Centro - Conde - PB, às 09:00 horas do dia 02 de Agosto de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço - anteriormente suspensa -, para: Aquisição de Computadores, nobreaks e data Show para estruturação e modernização dos Serviços Especializados em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Conde - PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 3.555. Informações: no horário das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. e-mail: licita@conde.pb.gov.br.

Conde - PB, 07 de Junho de 2019.


JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Pregoeiro Oficial do Município
Presidente da Comissão Municipal de Licitação
JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Presidente da Comissão

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL



EMENDA Nº 001/2019

AUTOR: Malbathan Pinto Filgueiras Neto

Altera o Art. 31, inciso III e acrescenta o Art. 122-A a Lei Orgânica nº 01 de 2012, para tornar obrigatória a execução da Programação Orçamentária.

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 20 do Regimento Interno, assim como termos do art. 17, item IV da Lei Orgânica do Município, PROMULGA a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º - O inciso III, do artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

III - Elaborar o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do município, devendo executar a programação orçamentária das emendas parlamentares previstas no artigo 122-A.

Art. 2º - Fica inserido o art. 122-A na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação:

Art. 122 - A. É obrigatório a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emenda individual do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual. (Vide §11 do Art. 166 da CF)

§1º - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovados no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade desde percentual será destinada a ações e serviços de saúde.

Rodovia PB 018 - Km 3,5 - S/Nº - Centro - CEP 58.322-000 - Conde-PB
Tel.: (83) 3298-3083



(Vide §9º do art. 166 da CF).

§2º - As programações orçamentárias previstas no caput desde artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas: (Vide §11 e §14 do Art. 166 da CF)

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II – Até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – Até 30 (trinta) dias após o previsto no inciso II, Poder Executivo encaminhará projeto de Lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV – Se até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.

V – No caso de descumprimento do prazo imposto no inciso IV do §2º, as programações orçamentárias prevista no *caput* deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §2º deste artigo. (Vide §15 do art. 166 da CF).

§ 3º - Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §1º deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Vide §16 do art. 166 da CF)

§4º - Para fins do disposto no *caput* deste artigo, a execução da programação orçamentária será.

I – Demonstrada em dotações orçamentárias específicas da Lei Orçamentária Anual, preferencialmente em nível de subunidade orçamentária vinculada à Secretaria Municipal correspondente à despesa, para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas;

II – Fiscalizada e avaliada, pelo Vereador autor da Emenda, quando aos resultados obtidos.

§5º - A não execução da programação orçamentária das Emendas Parlamentares previstas

Rodovia PB 018 – Km 3,5 - S/N - Centro - CEP 58.322-000 - Conde-PB
Tel.: (83) 3298-1083



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE
CASA COMENDADOR "CICERO LEITE"

neste artigo implicará em Crime de Responsabilidade, nos termos da Legislação aplicável.

§6º - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no §1º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§7º - Considera-se equitativa a execução das programações em caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente de autoria. (Vide §18 do art. 166 da CF)

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, vigorando, inclusive, para a Lei Orçamentária Anual a ser analisada e aprovada em 2019 para execução orçamentária no exercício 2020.

Câmara Municipal de Conde-PB, 17 de Maio de 2019.

Carlos André de Oliveira Silva
Presidente

Juscilino Correia de Araújo
Vice-Presidente

Daniel Severino da Silva Júnior
1º Secretário

Adriano Ferreira dos Santos
2º Secretário

Ednaldo Barbosa da Silva
3º Secretário

Rodovia PB 018 – Km 3,5 - S/N - Centro - CEP 58.322-000 - Conde-PB
Tel.: (83) 3298-1083